

RELAÇÕES ENTRE DESENVOLVIMENTO LOCAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE¹

Marcos Antonio Gomes Pena Júnior²
Claudia Gomes Graciano³
Françoise Dominique Válerly⁴

Resumo: *O Desenvolvimento Local se dá através de um processo de desenvolvimento sócio-econômico e de quebra de paradigmas, a partir de uma população local. Para que as localidades se descubram, ou seja, para que haja uma melhoria na qualidade de vida de uma população é necessário que existam meios fomentadores dessa melhoria. Políticas de Desenvolvimento Local e incentivos vindos de atores externos às populações devem ser esses meios, permitindo à população de dada localidade alcançar melhores condições de vida e de desenvolvimento. Neste artigo pretende-se demonstrar as concepções e as discussões de diferentes autores sobre o tema e como as universidades podem interagir com a comunidade de forma comunitária. Chega-se à idéia de que os agentes locais, em especial as universidades, necessitam exercer sua capacidade de tomar frente no processo de desenvolvimento, considerando-se que elas são um ator social isento de influências de agentes sociais egoístas e que, assim, podem exercer atividades de cunho altruísta, como necessário para que um processo de desenvolvimento socialmente responsável tenha sucesso.*

Palavras chave: Desenvolvimento local; Responsabilidade social; Universidade.

1. INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Local / endógeno (de dentro para fora) se dá através de um processo de desenvolvimento sócio-econômico e de quebra de paradigmas (cultura social), a partir de uma população local (conjunto da população com necessidades e anseios similares: comunidade, bairro, distrito, município, associação de municípios, região entre outros) que busca melhorias na sua qualidade de vida usando como alavanca seus ativos e suas potencialidades. Este novo conceito desenvolve-se em decorrência da falência das tentativas de desenvolvimento local a partir de elaborações de políticas centralizadas de cunho clientelista (largamente implementado pelos governos até os anos 1980).

A discussão aqui desenvolvida tem como finalidade demonstrar o poder das localidades quando suas potencialidades são alavancadas pelas empresas nelas inseridas. Seja desenvolvendo projetos sociais, estimulando e assistindo projetos já existentes e criando novos projetos externos ao simples funcionamento organizacional da empresa, seja criando incubadoras de desenvolvimento de empresas sob regime de co-gestão, autogestão ou cooperativa, para prestar assessoria técnica e outros serviços de cunho tecnológico a estas.

São desenvolvidos raciocínios a partir de análise de textos que discutem formas de inserção social da população, diminuição da ineficiência dos programas e projetos voltados para a parte carente da população e sobre responsabilidade social empresarial. Além desta introdução este ensaio consiste na parte dedicada à discussão dos paradigmas das políticas públicas, depois na elucidação das relações entre estas e o desenvolvimento local, em seguida na relação entre a

¹ Artigo produzido com o apoio do CNPq.

² Economista, mestrando em Engenharia de Produção UFRN – marcospenajr@gmail.com.

³ Professora, Contabilista, mestranda em Engenharia de Produção UFRN – claudiagomes@falnatal.com.br.

⁴ Professora, Dr^a em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia de Produção UFRN – francoisevalery@hotmail.com.

responsabilidade social empresarial (RSE) e o desenvolvimento local e, por fim, as considerações finais.

2. OS ANTIGOS E OS NOVOS PARADIGMAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As discussões sobre a configuração das políticas públicas trazem a proposição de desenvolvimento local já desde a década de 1970, no caso brasileiro. No entanto, há uma modificação recente nessa noção de desenvolvimento local que é a forma como ele deve se dar, se de cima para baixo (visão clientelista, onde o Estado oferta os serviços, tendo os beneficiários daqueles como clientes) ou se de baixo para cima (visão do desenvolvimento endógeno, onde os atores locais desempenham o papel central na definição, execução e controle das políticas) (MOURA, 2005; SOUZA FILHO, 2005; AMARAL FILHO, 1996; VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Da década de 1970 até meados da de 1980 as ações e políticas públicas de desenvolvimento eram elaboradas de maneira “gerencialista” pelo governo federal, onde a ação desenvolvimentista do Estado se restringia a ofertar vantagens para a atração de indústrias (isenção de impostos, doação de terrenos e infra-estrutura), tendo o setor privado como beneficiário. Este é o caso dos distritos industriais nos anos 70, experiência largamente implantada pelo estado brasileiro (MOURA, 2005). A mudança de foco que é observada é que as ações governamentais deixam de ter um caráter “gerencialista” (visando apenas os impactos econômicos, ou seja, o paradigma nacional-desenvolvimentista) para ter um caráter de “ativismo democrático” (visando além do econômico os impactos ambientais, culturais e, principalmente, sociais).

É através do esforço de reforma administrativa do Estado (redefinição e reestruturação das intervenções estatais para atender aos anseios sociais de maior democratização e descentralização administrativa), principalmente no final da ditadura militar (início dos anos 1980), que se chega ao processo de descentralização. Os objetivos deste processo são: maior inserção na comunidade internacional, maior participação da população no processo de tomada de decisões governamentais, maior competitividade, alterações das relações entre o governo e os agentes sociais, maior eficiência administrativa e melhor distribuição de recursos e de poder entre as três esferas do governo (GUIMARÃES NETO, PORSSE e PORSSE, 1999). Essa busca indica uma necessidade de que o estado passe a ter um caráter pró-ativo, ou seja, não mais intervencionista, mas também não mínimo.

Assim, entende-se que descentralização significa um processo de reestruturação interna do aparelho do estado que envolve aspectos políticos, administrativos, técnicos e financeiros. Isto se dá através da transferência de poder do nível nacional para instâncias subnacionais para planejar, gerir, executar e tomar decisões (quando esse movimento alcança o nível municipal denomina-se municipalização). Desde a década de 1970 a descentralização vem sendo discutida e implementada em âmbito internacional (tanto no centro quanto na periferia capitalista). Este contexto se deu em consequência da preocupação com o “tamanho” e o “peso” do Estado para o funcionamento econômico e social (SILVA, 2000; MENEZES e MENEZES, 1997). A questão a ser analisada em relação a essa busca é: o estado tem conseguido operar com um caráter pró-ativo ou simplesmente como um estado mínimo?

Dentro dessa discussão, o processo de municipalização ganha espaço considerável na agenda política após 1983, de início como efeito da oposição aos governos autoritários e, em seguida, como um meio de dar eficácia à gestão pública, estando vinculado à idéia de participação. Dentro deste âmbito, municipalizar pode significar a transferência para o município de poder de decisão sobre interesses públicos que lhe são peculiares e que antes estavam sob o domínio de outro nível de poder (ALVES, 1999). E isto poderia gerar uma maior eficiência das

ações dos governos sem que fosse necessário que o estado se suprimisse de sua obrigação de interferir na vida econômica da sociedade, ou seja, sem que fosse necessário chegar-se a implementação de políticas neoliberais (estado mínimo).

3. DESENVOLVIMENTO LOCAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A idéia de Desenvolvimento Local baseia-se no pressuposto de que as localidades dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local, se bem elaboradas, propõem-se a realizar o estímulo ao correto manejo desses recursos (ZAPATA, 2004). Políticas elaboradas com este intuito não são coerentes com o sentido dele, se não são realizadas em âmbito local.

Políticas Públicas definidas e planejadas no “topo da pirâmide pseudo-democrática” não conseguem explorar essas potencialidades, já que as análises do “macro-planejador” não conseguem se ater às peculiaridades das localidades. É a partir do estímulo à exploração dessas potencialidades (estímulo à diversificação da base econômica local) que se favorece o surgimento e a expansão de empresas locais, bem como a integração social da comunidade envolvida em tal contexto (ZAPATA, 2004; FRANCO, 1999; PAIVA, 2004).

As políticas de Desenvolvimento Local podem ser tratadas sob três óticas: centralizadora (de cima), onde o Estado elabora os programas e projetos sem a consulta à comunidade e sem se preocupar com uma articulação com a Iniciativa Privada e o Terceiro Setor; liberal, através da operacionalidade dos mecanismos do mercado (empresas privadas), onde o Estado deixa que as empresas aloquem os recursos da maneira que acharem adequado; e, Localizada / Regionalizada (de baixo), onde existe uma articulação local e uma pró-atividade da comunidade interessada (FRANCO, 1999; AZEREDO, 2004; INOJOSA, 2004; PRATES, 2004).

A articulação local e a pró-atividade são os fatores que podem despertar o que Franco (1999) chama de “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável”. Este mesmo autor diz que se as políticas públicas forem desenvolvidas nesse intuito as comunidades serão “capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais” (p. 176).

Para que essa “engrenagem” do desenvolvimento local possa funcionar é de fundamental importância a animação e a articulação dos atores locais, tais atores locais (universidades, empresas, organizações da sociedade civil, governos, comunidades, entre outros) devem orientar-se para uma maior utilização dos recursos endógenos e para a diversificação da base produtiva local (FRANCO, 1999; SPINK, 1999; ZAPATA, 2004). O funcionamento dessa “engrenagem” requer um tempo longo para sua maturação e cada ator local deve interagir com os outros, ofertando seus ativos (capital financeiro, humano, intelectual, social, entre outros) para que se chegue a essa maturidade.

A pró-atividade de organizações de âmbito local é que pode levar a uma verdadeira articulação das potencialidades das comunidades. Essa articulação, por sua vez, é o que propicia a união das habilidades, conhecimentos, recursos e interesses dos diversos atores sociais (FRANCO, 1999; CARDOSO, 2002; KISIL, 1997; ZAPATA, 2004). Fazendo necessário, nesse sentido, que o fomento para tal conscientização seja dado sem, contudo, que se perca de vista que são os atores locais mais aquinhoados e esclarecidos (nitidamente as empresas) que devem buscar não só desenvolver projetos sociais, como influenciar os governos a realizar programas e projetos nesse sentido.

Essa articulação depende, como fica claro, da conscientização da necessidade de uma ação pró-ativa por parte das instituições inseridas nas comunidades. Por ter o foco no

desenvolvimento e as condições mais propícias ao contato com ações replicáveis, as empresas devem se inserir no contexto das políticas públicas, buscando o desenvolvimento necessário.

Para que um processo de Desenvolvimento Local logre sucesso é preciso que no decorrer dele sejam observados os seguintes aspectos:

- ▲ Geração de oportunidades de capitalização – processo de “oportunização” de acumulo de capitais por parte das comunidades;
- ▲ Geração de Benefícios Sociais – impactos sociais positivos na comunidade envolvida;
- ▲ Equidade na distribuição dos benefícios gerados – distribuição igualitária dos benefícios (financeiros, econômicos e sociais) entre os indivíduos da comunidade;
- ▲ Eliminação da discriminação – conscientização da comunidade para que sejam eliminados preconceitos discriminatórios, quer sejam de raça, gênero, etário ou de classe;
- ▲ Elaboração de mecanismos efetivos de participação da comunidade (cidadania) – desenvolvimento de ferramentas que impliquem na efetiva participação dos indivíduos da comunidade no desenvolvimento do programa (RUFINO, 2003; FRANCO, 1999; KISIL, 1997; CARDOSO, 2002).

Contemplando toda essa configuração explicitada pode-se citar um exemplo de política pública em relação ao desenvolvimento local que é o programa Oportunidade Solidária, desenvolvido na prefeitura de São Paulo e implementado em agosto de 2001. Este programa funciona como fomento ao desenvolvimento da população em termos sociais e econômicos. Tem como objetivos: desenvolver as potencialidades humanas, estimular a coesão social, promover a cidadania (pertencimento e protagonismo), e gerar ocupação, renda e desenvolvimento social. Alveja servir de fomento à economia popular solidária (cooperativismo, associativismo, redes e outras formas solidárias de organização econômica) junto às comunidades empobrecidas distribuídas no território local (cidade), portanto como exemplo de desenvolvimento local. Sendo possível observar que as ações, em sua grande maioria, contaram com a participação direta (pró-atividade) e com o apoio de empresas locais (PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2005).

4. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS (RSE) E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Como discutido, para que haja desenvolvimento substancial é necessário que os atores locais adquiram uma consciência holística (do todo) e atuem de acordo com as condições e necessidades locais. Seguindo essa linha de raciocínio e partindo da observação de que os atores mais capazes e aquinhoados de uma sociedade são as empresas, afirma-se que é de suma importância que estas tomem consciência de sua atuação social. Isto é suscitado como elemento chave para a realização de um processo de verdadeira responsabilidade e atuação social de uma empresa.

O termo Responsabilidade Social Empresarial (RSE) representa, para alguns, a idéia de obrigação legal, para outros a imposição às empresas de padrões mais altos de comportamento, ainda há os que o traduzam como a prática social, função social e papel social e outros o vêem associado ao comportamento eticamente responsável ou à filantropia. Por último, existem alguns que acreditam ser a RSE a crença dentro de uma organização em ser um “ser responsável” ou um “ser socialmente consciente” (PINTO, PEREIRA e LARA, 2004). Apesar dessas diferentes visões é fácil observar que a tese central é que ser socialmente responsável é, de uma forma ou de outra, com um ou outro intuito, ajudar na busca por melhorias sociais.

Quadro 1 – Linhas de raciocínio sobre a RSE

Ações privadas	Abordagem normativa
	Abordagem contratual
	Abordagem estratégica

Fonte: Autor (com base em KREILTON, 2004; MATTEN, CRANE & CHAPPEL, 2003; CARROLL & BUCHHOLTZ, 2000; GENDRON, 2000; GIBSON, 2000; DONALDSON & PRESTON, 1995; LOGSDON & PALMER, 1988).

As discussões sobre o que seria a RSE se iniciaram em 1953 com o livro *Responsability of the Businessman* de Howard Bowen nos Estados Unidos. A partir desse momento é que se começa a observar o impacto social do funcionamento das empresas e a colocar em questão as condições que estas devem assumir para seu posicionamento organizacional. Assim, as discussões passam a abranger diferentes níveis de debate e de foco. O Quadro 1 mostra como são divididas as principais linhas teóricas a esse respeito.

A abordagem normativa (Escola da Ética Empresarial) indica que a RSE é um dever moral da empresa e que, portanto, é intrinsecamente boa. A abordagem contratual (Escola de Mercado e Sociedade) analisa que a Responsabilidade Social das Empresas é por si só um contrato social, ou seja, está tacitamente acordado entre sociedade e empresa e que, por isso, se dá de maneira legítima. Já a abordagem estratégica (Escola da Gestão de Questões Sociais) afirma que a empresa pode tirar proveito das oportunidades geradas pelos valores sociais, que o comportamento socialmente responsável pode lhe garantir uma vantagem competitiva e que uma postura pró-ativa pode fazê-la antecipar-se a novas legislações ou mesmo evita-las e que, em decorrência disso, é um instrumento útil na gestão da empresa (KREILTON, 2004). Estas são as três visões que norteiam as empresas e seus gestores na tomada de uma decisão nesse âmbito. Assim:

As três escolas de pensamento (...) partem de campos e princípios bastante distintos, em sua abordagem do questionamento ético e social das empresas. A escola da **Ética Empresarial** (*Business Ethics*), enquanto ramo da ética aplicada, propõe um tratamento de cunho filosófico, normativo, centrado em valores e em julgamentos morais, ao passo que a corrente que poderíamos chamar de **Mercado e Sociedade** (*Business & Society*) adota uma perspectiva sociopolítica, e sugere uma abordagem contratual aos problemas entre empresas e sociedade. Por fim, a escola da **Gestão de Questões Sociais** (*Social Issues Management*) é de natureza nitidamente utilitária, e trata os problemas sociais como variáveis a serem consideradas no âmbito da gestão estratégica (KREILTON, 2004).

Trazendo para uma realidade nacional e mais recente, no entanto, considera-se que Responsabilidade Social Empresarial se dá a partir do momento em que a empresa se torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. Assim, a empresa deve se condicionar a ouvir os diversos interesses (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, governo, meio ambiente e, principalmente, da comunidade) e conseguir incorporá-los nas suas atividades, buscando a tender às demandas de todos os envolvidos no processo produtivo e não só daqueles que têm o benefício direto (acionistas e proprietários) (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2004). Uma empresa só se torna deveras socialmente responsável quando consegue reunir a capacidade de perceber sua importância no funcionamento social e a habilidade para agir de modo a alcançar o desenvolvimento da sociedade (XAVIER e SOUZA, 2004), estando, portanto, mais voltada para a abordagem contratual, por que se considera que tal comportamento é legítimo e existe em

virtude acordos e contratos sociais tácitos, os quais estão fundados nas noções de justiça e igualdade.

Quadro 2 – Princípios norteadores da prática de responsabilidade social

Tópicos	Conceitos associados	
Valores e Transparência	Auto-regulação da conduta	-Compromissos éticos -Enraizamento na cultura organizacional
	Relações transparentes com a sociedade	-Diálogo com as partes interessadas -Relações com a concorrência -Balanço social
Público interno	Dialogo e participação	-Relações com sindicatos - Gestão participativa
	Respeito ao individuo	-Compromisso com o futuro das crianças - Valorização da diversidade
	Trabalho decente	-Política de remuneração, benefícios e carreira -Cuidados com saúde, segurança e condições de trabalho -Compromisso com o desenvolvimento profissional e empregabilidade -Comportamento frente a demissões -Preparo para a aposentadoria
Meio ambiente	Responsabilidade frente às gerações futuras	-Comprometimento da empresa com a causa ambiental -Educação ambiental
	Gerenciamento do impacto ambiental	-Gerenciamento do impacto no meio-ambiente do ciclo de vida de produtos/serviços -Minimização de entradas e saídas de materiais
Fornecedores	Seleção, avaliação e parceria com fornecedores	-Critérios de seleção e avaliação de fornecedores -Trabalho infantil na cadeia produtiva -Relações com trabalhadores terceirizados -Apoio ao desenvolvimento de fornecedores
Consumidores e clientes	Dimensão social do consumo	-Política de comunicação comercial -Excelência de atendimento -Conhecimento dos danos potenciais dos produtos e serviços
Comunidade	Relações com a comunidade local	-Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade de entorno -Relações com organizações locais
	Ação social	-Financiamento da ação social -Envolvimento da empresa com a ação social
Governo e sociedade	Transparência política	-Contribuições para campanhas políticas -Práticas anticorrupção e propinas
	Liderança social	-Liderança e influência social -Participação em projetos sociais governamentais

Fonte: INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2004.

Desde o ano de 1998 as empresas brasileiras têm um norte para suas ações no que respeita à responsabilidade social, que é o Instituto Ethos. Este instituto elabora critérios para que as empresas possam transformar em realidade a discussão a respeito do seu sistema organizacional, dentro dessas idéias. Assim, coloca sete tópicos principais que são: valores e transparência, público interno, meio-ambiente, fornecedores, consumidores/clientes, comunidade e governo e sociedade. Este tópicos se subdividem, de acordo com o exposto no Quadro 2.

A discussão em torna do espaço que as empresas devem preencher começa a ser esboçada com mais clareza a partir do Consenso de Washington, onde os estados passaram a delinear suas ações de acordo com as políticas ali defendidas. Esse processo deixou no seu rastro um vazio no *locus* da sociedade, o campo social. Assim surge o Terceiro Setor, que nada mais é que a ação da sociedade civil organizada na tentativa de preencher os vazios deixados pelas políticas de Estado Mínimo. No entanto, essa iniciativa da sociedade civil, apesar de crescente, ainda é incipiente para assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento. E é justamente nesse ponto que as empresas percebem a importância de sua atuação como agente social para que se possa alcançar o crescimento econômico a longo prazo, ou seja, em bases sustentáveis (MACHADO e LAGE, 2002; RODRIGUES e SOUZA, 2004). Então, não é só pelo fato de que um comportamento socialmente responsável é moral que as empresas devem assim se comportar nem também por que isto é uma ferramenta útil na geração de vantagem competitiva, mas por que a sociedade permite o funcionamento perfeito da empresa numa perspectiva de que ela deve gerar boas soluções para o desenvolvimento da sociedade, ou seja, ela deve ter esse comportamento porque ele representa um acordo tácito entre as partes na busca de sustentabilidade.

Sem sustentabilidade (equilíbrio ambiental, econômico e, principalmente, social) o desenvolvimento tende a não existir (estagnação). A estagnação é, destacadamente, o principal problema que afeta o setor privado. Portanto, é de interesse desse setor que as condições para a sustentabilidade do desenvolvimento sejam asseguradas e, com isso, o afastamento da possibilidade de estagnação na economia (falta de crescimento) e de esgotamento dos recursos.

As empresas têm duas maneiras de interagir com a sociedade nesse sentido, pode adotar projetos de cunho clientelista (ética utilitária), onde a idealização das respostas às necessidades parte da empresa e não das comunidades atendidas, e onde a comunidade torna-se dependente da empresa, criando um ciclo vicioso que impede a emancipação da comunidade; ou pode adotar projetos de cunho emancipatório (ética da convicção), onde os projetos visam atender às reivindicações populares, e onde a comunidade torna-se autônoma e emancipada (MACHADO e LAGE, 2002). Para que se alcance um estágio de sustentabilidade do desenvolvimento é necessário, assim, que as empresas adotem esta segunda via.

Essa sustentabilidade será alcançada através da real promoção da inclusão social, caminho mais claro e objetivo da RSE. Para isso as empresas devem ter um comprometimento com a sociedade de desenvolver atividades que a afetem de maneira positiva, dando-se através de ações pró-ativas e coerentes com o seu papel específico e prestando contas com aquela (RODRIGUES e SOUZA, 2004; ASHLEY et al, 2002; KREILTON, 2004). Estas atividades devem afetar a sociedade de maneira positiva no sentido de promover o desenvolvimento; devem se dar de maneira pró-ativa no sentido de que as empresas devem tomar as iniciativas necessárias; devem ser coerentes com seu papel no sentido de estar ligada a capacidade das empresas em fomentar tais atividades; e, devem prestar contas à sociedade no sentido de tomar atitudes transparentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desenvolvimento Local tem sido estudado e aplicado como solução à incapacidade das políticas públicas centralizadas em dar respostas às demandas sociais. Como resposta social, por tanto, é colocado como o desenvolvimento alcançado a partir das percepções, dos recursos e da criatividade endógenos das comunidades tem impactos positivos para estas. Sendo, dessa forma, suscitada a pró-atividade dos indivíduos sociais como responsável por tal resposta.

Indivíduos sociais devem ser vistos não só como os constituintes das populações atendidas pelos programas desenvolvidos nesse contexto, mas também o conjunto das organizações aí envolvidas. Mais que em organizações, pode-se falar em instituições (daí a importância da valorização institucional). Isso por que os atores desse processo não são apenas o poder público e a sociedade (que por si só já respaldaria a conceituação de instituição), mas, ainda, a Universidade, a Ação privada e a Ação da sociedade civil organizada.

Realizar o fomento à articulação de redes de cooperação social, colaboração inter-organizacional e coordenação destas e dos programas (sua continuidade / sustentabilidade) é o cerne do desenvolvimento local (entendido como a concretização de uma pró-atividade comunitária, onde comunidade representa os atores já citados).

Por não existir literatura que trate da responsabilidade social das universidades, foi tratada a RSE como norte para as reflexões da necessidade de uma pró-atividade socialmente responsável por parte das universidades no que tange às ações de desenvolvimento das localidades. Assim, é necessário extrapolar os conceitos e as práticas do âmbito empresarial para o âmbito universitário, afinal a Universidade tem uma estrutura organizacional não tão disforme em relação à estrutura de uma empresa. O pressuposto básico é que a Universidade deve reconhecer sua influência, sua capacidade de fomento e seu impacto na sociedade. A partir daí deve agir de maneira a corresponder às necessidades sociais, atingindo, desse modo, uma consciência e uma ação geradoras de práticas socialmente responsáveis.

A comunidade também não deve se eximir de sua parcela de responsabilidade nesse processo. Pode-se dizer, inclusive, que sua atitude é primordial no processo de desenvolvimento dentro dos novos paradigmas, como discutido. É importante e necessário que a sociedade (de maneira geral e ampla) tome para si a responsabilidade de criar um ambiente economicamente mais dinâmico e socialmente mais justo. Não está sendo feita aqui uma explanação em favor da desresponsabilização do Estado em favor da responsabilidade única da sociedade. O fato é que são os atores locais os mais interessados e mais capazes de perceber por quais caminhos devem caminhar para lograr um estágio de desenvolvimento satisfatório, e as universidades têm bem essa percepção, dado seu caráter científico-investigativo.

O processo de desenvolvimento local ocorreria de maneira inversa ao observado no antigo paradigma do Nacional-desenvolvimentismo, onde as políticas davam-se de maneira centralizada (como numa pirâmide onde as ordens saem de cima para chegar às bases). Em um contexto desse tipo, as comunidades necessariamente carecem de voz e recursos para exercerem sua capacidade pró-ativa, mas também necessitam realizar sua pró-atividade a partir, principalmente, de estímulos internos (notadamente das universidades atuando em âmbito local). Uma boa maneira de se enxergar tal contexto é a análise de um processo de orçamento participativo ou de cooperativas de artesanato, apoiados por entes de “peso” na localidade (universidades).

O texto aqui desenvolvido não teve a pretensão de indicar resultados, mas de dar um norte para futuras pesquisas, mostrando um caminho (hipótese) de que comunidades culturalmente esclarecidas podem lograr sucesso na busca de melhores estágios de desenvolvimento. Uma maneira interessante de se confirmar, através de resultados de pesquisa, a validade de tais apontamentos é levantar dados a cerca do desenvolvimento de diferentes

localidades que tenham tido a oportunidade de vivenciar processos dessa natureza, onde universidades buscaram tomar frente em processos de desenvolvimento e interação social, efetivando um processo de Responsabilidade Social Universitária, e de outras que não tenham tido tal oportunidade, contrastando tais dados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, José Max Reis (coord). **Cadernos do Fórum São Paulo século XXI, caderno 16**. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; Fundação de Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/forum/cadernos/reforma%20do%20estado.pdf> Acesso em: 18 abr. 2004.
- AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**, n.14, dez. 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp14/amaralfilho.pdf>. Acesso em: 20 de abr. 2005.
- AZEREDO, Beatriz. Mesa: gestão e alocação de recursos na perspectiva do impacto e da sustentabilidade. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE GESTÃO SOCIAL, 1, 2004, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos ...** Porto Alegre: SESI / RS, 2004. Disponível em: www.sesirs.org.br/conferencia/papers/azeredo.pdf Acesso em: 15 mar. 2005.
- CARDOSO, Ruth es al (orgs.). **Comunidade solidária – Fortalecendo a sociedade, promovendo o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Comunitas, 2002.
- FRANCO, Augusto de. A participação do poder local em processos de desenvolvimento local integrado e sustentável. *In*: RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel (orgs.). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC; IEE, 1999.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo; PORSSSE, Alexandre Alves; PORSSSE, Melody de Campos Soares. **Descentralização e finanças municipais no Brasil: Uma análise regional da Gestão dos recursos**. *In*: Anais do EnANPAD (Encontro Nacional da ANPAD), 1999. Disponível em: www.pep.ufrn.br/anais/enanpad/enanpad1999/ap34.pdf Acesso em: 11 dez. 2004.
- GUSMÃO, Paulo Pereira de. **Sistemas municipais de governo e desenvolvimento sustentável na região do semi-árido brasileiro**. IPEA, revisto abr. 1997. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp14/gusmao.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2004.
- INOJOSA, Rose Marie. Gestão social governamental: os novos paradigmas do setor público. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE GESTÃO SOCIAL, 1, 2004, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos ...** Porto Alegre: SESI / RS, 2004. Disponível em: www.sesirs.org.br/conferencia/papers/azeredo.pdf Acesso em: 15 mar. 2005.
- INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial**. Disponível em: http://www.uniethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/download/indicadores_2004.pdf. Acesso em: 17 jan. 2005.
- JESUS, Paulo de. Desenvolvimento local. *In*: CATTANI, Antonio David (org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- KISIL, Marcos. Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. *In*: IOSCHPE, Evelyn et. al. (orgs.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MACHADO, Adriana Leite Costa Silva; LAGE, Allene Carvalho. Responsabilidade Social: Uma Abordagem para o Desenvolvimento Social. O caso da CVRD. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO*, 24, 2000, Florianópolis. **Anais eletrônicos ...** Santa Catarina: ANPAD, 2000. Disponível em: <http://www.pep.ufrn.br/anais/enanpad/enanpad2002/pdf/eso-1045.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2005.

MENEZES, Ana Maria Ferreira; MENEZES, Eline Viana. **O processo de descentralização e a questão municipal.** *In: Anais do EnANPAD (Encontro Nacional da ANPAD)*, 1997. Disponível em: www.pep.ufrn.br/anais/enanpad/enanpad1997/ap11.pdf Acesso em: 11 dez. 2004.

MOURA, Suzana. **A gestão do desenvolvimento local:** estratégias e possibilidades de financiamento. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/Desenanpads.html>. Acesso em: 20 de abr. 2005.

PAIVA, Carlos Águedo. **O que são sistemas locais de produção** (e porque eles são tão importantes na estratégia de desenvolvimento do governo democrático e popular no Rio Grande do Sul). Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2004. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/eeg/artigos/mesa%20%20Paiva.doc>. Acesso em: 20 de abr. 2005.

PRATES, Jane Cruz. Gestores sociais – competências, habilidades e atitudes. *In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE GESTÃO SOCIAL*, 1, 2004, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos ...** Porto Alegre: SESI / RS, 2004. Disponível em: www.sesirs.org.br/conferencia/papers/azeredo.pdf Acesso em: 15 mar. 2005.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/programassociais/0017>. Acesso em: 18 abr. 2005.

RODRIGUES, Andréia Marize; SOUZA, Leda Regina Hirt de. Desenvolvimento sustentável: a integração entre responsabilidade social de empresas de grande porte e o desenvolvimento econômico de seus pequenos fornecedores. *In: ENCONTR NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*, 24, 2004, Florianópolis / SC. **Anais eletrônicos ...** Florianópolis: ABEPRO, 2004. Disponível em: http://www.pep.ufrn.br/anais/enegep/enegep2004/enegep07/enegep0706_1592.pdf. Acesso em: 11 jan. 2005.

RUFINO, Sandra. Redes de cooperação solidária na contribuição do desenvolvimento local: a economia solidária em questão. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*, 23, 2003, Ouro Preto - MG. **Anais Eletrônicos ...** Ouro Preto: ABEPRO, 2003. Disponível em: www.pep.ufrn.br/anais/enegep/enegep2003/tr07/tr0706_0590.pdf Acesso em: 15 mar. 2005.

SILVA, Rosângela Viana Alves da. **Descentralização e municipalização: A redefinição do papel do Estado na âmbito local.** *In: Anais do EnANPAD (Encontro Nacional da ANPAD)*, 2000. Disponível em: www.pep.ufrn.br/anais/enanpad/enanpad2000/adp425.pdf Acesso em: 11 dez. 2004.

SOUZA FILHO, Jorge Renato de. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação.** Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/desenvolvreg.html>. Acesso em: 20 de abr. 2005.

SPINK, Peter. A democratização do poder local: gestão social na ótica subnacional. *In: RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel (orgs.). Gestão social: uma questão em debate.* São Paulo: EDUC; IEE, 1999.

VAZQUÉZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

ZAPATA, Tania. Estratégias de desenvolvimento local. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE GESTÃO SOCIAL, 1, 2004, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos ...** Porto Alegre: SESI / RS, 2004. Disponível em: www.sesirs.org.br/conferencia/papers/azeredo.pdf
Acesso em: 15 mar. 2005.